

O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS

por
AUGUSTO DA SILVA *

Para se poder afirmar que uma nova ciência ou técnica tem um estatuto socialmente consolidado, é necessário não só que o seu ensino esteja suficientemente difundido, mas ainda que a profissionalização dos que seguem esse ensino se apresente razoavelmente assegurada.

A profissionalização não é considerada de tanta premissa num primeiro tempo, ou porque são poucos os cultores da ciência em causa e, por isso mesmo, se vão ocupar quase integralmente na sua difusão, ou porque vão surgindo pessoas e organizações curiosas de experimentarem as novas capacidades que tal ciência oferece. O problema surge, e pode mesmo constituir-se em problema social, quando se multiplicam as escolas de um mesmo ensino e, simultaneamente, se não alargam, em proporções semelhantes, as possibilidades de profissionalização.

Este é um problema que hoje se põe a várias das ciências sociais e, em particular, à Sociologia, e que se poderá agravar caso se continuem a multiplicar os seus cursos sem se alargarem as possibilidades profissionais

* Professor da Universidade de Évora.

que se oferecem aos sociólogos, uma vez finalizada a sua formação académica.

Colocado perante tal perspectiva, reflectirei neste pequeno artigo, sobre o ensino da Sociologia e a profissionalização dos sociólogos, fazendo-me de algum modo eco das preocupações de não poucos dos que hoje, em Portugal, seguem um curso de Sociologia.

I. O ensino da Sociologia e suas funções

Uma vez reconhecido à sociologia o estatuto de Ciência com Conte, o seu ensino foi-se difundindo paulatinamente nas universidades, embora na segunda metade do séc. XIX e princípios deste século, em geral, tal ensino estivesse incluído nas faculdades de direito, economia, letras ou filosofia. Conseguida uma relativa independência com a criação de cadeiras específicas e até mesmo de Departamentos, foi mais fácil fazer germinar um «espírito sociológico» servido por metodologias adequadas, que vieram a aperfeiçoar e complexificar cada vez mais o objecto teórico da sociologia. Para além da multiplicidade de definições com que os diferentes autores procuravam «compreender» o objecto real da sociologia, desde o início que às preocupações científicas, tanto dos precusores como dos grandes iniciadores (Conte, Spencer, Ward, Max), andaram aliadas intenções de intervenção no social que, na sua constante mutação, parecia querer subtrair-se a um comando racional do homem. Daí que nos principais iniciadores, a sociologia surja sempre sob uma dupla face — a estática e a dinâmica — ou, para outros — a ordem e o progresso.

Como se mantém coesa a sociedade? Como muda e porque muda? Como intervir na condução da sociedade, tornando-a mais justa e mais humana? Estas eram preocupações comuns aos reformadores sociais e aos cientistas que não conseguiam, por então, ver, mesmo de um ponto

de vista lógico, clara a distinção, entre Sociologia e Filosofia, entre Sociologia e Doutrinas Sociais.

Na indistinção apontada, esteve muito do fascínio que a Sociologia exerceu sobre os intelectuais e reformadores sociais dos tempos da Revolução Industrial triunfante e da Revolução Democrática incipiente e hesitante. A intuição de que as sociedades têm leis próprias de organização e mudança, e de que tais leis podem ser desvendadas por intermédio de métodos e técnicas análogos aos das ciências naturais, constituiu o elemento dinamizador determinante de todos os esforços para a construção da sociologia. Naturalmente que, onde a mudança era mais continuada e profunda e onde os problemas sociais dilaceravam em maior profundidade o tecido social, os espíritos generosos empenhavam-se, com mais afinco, em «reorganizar a sociedade». «Conhecer para prever; prever para poder» foi o lema que norteou grande parte dos iniciadores da sociologia.

O desenvolvimento desta, seguiu duas orientações diferenciadas: uma, que embuída ainda no espírito filosófico procurava grandes sínteses sobre a concepção da sociedade e sua evolução; outra, que se centrava, de preferência, na pesquisa empírica dos problemas sociais surgidos com a Revolução Industrial. Assim, desde o início, que a sociologia ofereceu material abundante para consideração da política social. Baste lembrar, nesta perspectiva, a «aritmética política» dos ingleses John Craunt e William Petty ou a «estatística moral» sobretudo de Adolfo Quetelet e a pesquisa empírica do francês Frederico Le Play.

Numa tradição mais teórica se enquadram Herbert Spencer, W. G. Sumner, P. Lillienfeld e mesmo Marx e Engels, embora estes últimos estejam mais identificados com as doutrinas socialistas do que com o desenvolvimento da sociologia como tal.

Nos primeiros tempos não faltaram estudos empíricos na Inglaterra, na Alemanha, na França, etc., embora nem sempre com a continuidade desejável.

Quanto ao ensino, foi nos Estados Unidos que pela primeira vez foi proporcionada formação apropriada a um doutoramento em sociologia. Noutros países, não foi tão fácil à sociologia impor-se como disciplina académica. Na Europa concretamente no séc. XIX, era permitido a um estudioso particular e independente fazer algumas conferências nas universidades ou então, em casos contados, criaram-se cátedras específicas para estudiosos conceituados. O mais comum, era serem professores de economia, direito, história ou filosofia, a ensinarem sociologia, se bem que não com este nome. Durkheim conta-se entre os poucos europeus que no século XIX conseguiram um título académico como sociólogo. Pode afirmar-se que o séc. XX foi o período em que a sociologia conquistou definitivamente as universidades europeias, embora nalguns países como na França, Itália, Espanha, Portugal, etc., só após a segunda guerra mundial, aparecessem as primeiras licenciaturas em sociologia.

O ensino da Sociologia universalizou-se, nuns casos assumindo uma posição autónoma num departamento ou faculdade e conferindo os graus académicos dos restantes cursos universitários; noutros casos, apenas conseguiu o reconhecimento do seu papel integrativo num conjunto de outras disciplinas, jurídicas, económicas, filosóficas, mesmo técnicas, sendo elas a conferir os respectivos diplomas.

A posição da Sociologia na Universidade ou no sistema de ensino, tem muito que ver com as funções que lhe são reconhecidas ou pragmaticamente cometidas, num contexto concreto, em que nem sempre a perspectiva científica é o critério último de decisão. Será diferente o lugar que lhe é atribuído, segundo se considere que ela tem como função satisfazer a inteligência ou servir a acção; dar uma formação intelectual ou ministrar uma qualificação técnica. São estas dicotomias que explicam a posição actual da sociologia no ensino superior. Admite-se e isto é um progresso, na minha perspectiva, que a Sociologia, bem como

outras disciplinas socioculturais (Antropologia, Psicologia, Demografia, etc.) é um elemento indispensável da formação geral, sobretudo daqueles que estão destinados a exercer funções directivas. Reconhece-se que nas sociedades democráticas em que todos os cidadãos são habitualmente chamados a participar nas decisões e acções da vida colectiva, há necessidade de conhecer os mecanismos e os dinamismos da formação da vontade colectiva e do viver em comum. Admite-se também que a sociologia pode desempenhar tal função e daí o concluírem não poucos que, não passando a maior parte dos cidadãos pelas universidades, o ensino de alguns elementos de sociologia, deveria ser proporcionado mesmo naquele nível que é considerado básico para a formação do cidadão comum. Por outras palavras, a sociologia deveria ser considerada como um elemento da socialização normal.

Tal tendência parece ser confirmada «com o facto de o ensino nas ciências sociais passar do nível propriamente universitário para o dos 'colégios' americanos ou das escolas secundárias europeias. Em França, Pierre Oléron propôs mesmo, recentemente, que as ciências humanas sejam incluídas no programa das escolas primárias: 'o peso dos factores sociais, económicos e psicológicos faz-se sentir hoje em todo o Mundo. É necessário que a todos seja facultado o conhecimento científico do homem, que faz parte, cada vez mais, da cultura do século XX e que é susceptível de tornar o homem mais livre' .O problema consiste em formar professores e escolher os assuntos que devem fazer parte deste ensino» (Pierre JACCARD, *Introdução às Ciências Sociais*, Livros Horizonte, Lisboa, 1974, p. 17).

A esta função (digamos social) de formação geral, contrapõe-se outra de cunho nitidamente utilitário, segundo a qual «A sociologia não valeria nem sequer uma hora de preocupação se não servisse para esclarecer a acção». Segundo ela, a sociologia deve ser um auxiliar indispen-

sável da política social, facilitando um mais completo conhecimento da realidade social e indicando mesmo os meios de acção e técnicas para influenciar a situação de que analisa os diversos elementos. Em alguns países (nomeadamente socialistas) a sociologia tem dado um contributo assinalável à planificação central que a considera como um meio para fornecer aos criadores do plano uma visão mais completa das realidades a modificar.

A perspectiva utilitarista propugna por isso a formação de «engenheiros sociais» que entrevenham sobretudo nas políticas do plano e na programação regional e sectorial.

Mas as funções do ensino da sociologia e das ciências socioculturais, em geral, estão classificadas com especial perspicácia em relatório da UNESCO (1954) que as reduz a três fundamentais: a) função de *formação geral*, enquanto tais ciências fornecem um complemento indispensável da formação humana, semelhante ao que as disciplinas humanísticas proporcionaram às gerações doutros tempos. Elas alargam as perspectivas intelectuais, fornecem um conjunto de informação factual e teórica relativa à formação e funcionamento dos grupos humanos e às interacções entre os mesmos, que levam o homem a compreender melhor a sociedade em que vive e as solidariedades e oposições de que se entretece; b) função de *formação complementar* quando associadas ao ensino da filosofia, das ciências económicas, políticas, jurídicas. No caso da filosofia, desenvolvem no filósofo o sentido do concreto, precavendo-o contra as especulações utópicas, e no sociólogo o sentido crítico face à tentação de um empirismo redutor. Quando integradas noutros cursos, põem em evidência as dependências e incidências sociais de todo o agir humano; c) função de *especialização*, enquanto estruturadas em curso autónomo, com o objectivo de formar professores capazes de transmitir os conhecimentos próprios às novas gerações e aumentá-los por meio da investigação, pondo-os ao serviço do progresso e solidariedade social.

Da análise da tríplice função — formação geral, complementar e de especialização — reconhecida ao ensino da sociologia e das ciências sociais em geral, não será ilógico concluir que a especialização estará mais ou menos condicionada pela aceitação concreta que tiverem as diferentes sociedades, das outras duas funções. Por outras palavras, seria vão multiplicar a formação de especialistas em sociologia, numa sociedade que lhe não reconhecesse as virtualidades formativas, quer tomada em si mesma, quer aliada aos mais diferentes tipos de conhecimento de que se ocupam os homens. Mais sinteticamente, se não se reconhecesse que a sociologia tem uma função geral a desempenhar na formação dos cidadãos das sociedades de participação, como são as modernas, teria ainda de ser mais calculado o risco de formar sociólogos. Esse reconhecimento diferencial é que explica, em parte, a difusão mais ou menos acelerada da sociologia, quer como curso autónomo, quer como disciplina integrativa de outros cursos, quer mesmo com elemento formativo dos membros das sociedades pluralistas e democráticas, industrializadas e urbanizadas.

Isto num primeiro tempo, porque a profissionalização em qualquer ramo do saber, que se não traduz em resultados contáveis imediatos, tende a ser sempre morosa.

Em Portugal, cedo foi introduzido o ensino da sociologia na universidade, reconhecendo-se-lhe por este meio uma função integrativa ou complementar de outros cursos. A partir de 1975, foram mesmo introduzidas no ensino secundário disciplinas que têm a ver com a sociologia. Também a partir de meados dos anos sessenta apareceram cursos específicos de sociologia a nível superior. Ao princípio, apenas um em Évora, embora no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina se ministrassem disciplinas de Sociologia, o mesmo acontecendo no Instituto de Estudos Sociais do Ministério das Corporações e Previdência Social e nos Institutos de Serviço Social. Foi

na década de 70 que se deu uma verdadeira proliferação de cursos de Ciências Sociais e de Sociologia, o que levou o Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1979, a procurar ordenar (Portaria n.º 663/79) o teor desses cursos, estabelecendo um ciclo de base comum composto por seis disciplinas ministradas nos dois primeiros anos e um ciclo de formação específica leccionado na sequência do ciclo de base em mais quatro ou cinco semestres. Posteriormente a esta regulamentação foram criadas novas licenciaturas em Ciências Sociais e mais uma em Sociologia, no Porto. São assim hoje quatro as licenciaturas em Sociologia (sem contarmos as opções): duas em Lisboa (Universidade Nova e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), uma em Évora e outra no Porto. De algum modo afins e concorrentes no campo do ensino, são as licenciaturas em ensino de História e Ciências Sociais dos Açores, Évora e Braga. Não nos referimos já aos cursos de Antropologia, Comunicação Social, Psicologia, etc.

Facto que importa ter muito presente é que esta relativa abundância germinou em escassos 15 anos. Com efeito, ainda em 1968 se escrevia que «se quanto a outras matérias é possível começar por um exame detalhado daquilo que existe, seja bom ou mau, para seguidamente se proporem adaptações ou melhoramentos, no que respeita às 'ciências sociais' [...] é praticamente de uma situação de não existência que se parte» (J. C. Ferreira de ALMEIDA, «A situação e problemas do ensino das Ciências Sociais em Portugal», em *Análise Social*, 1968, vol. VI, p. 697). Descontada a nota pessimista, não há dúvida de que foi difícil a implantação do ensino das ciências sociais, e particularmente da sociologia, no nosso sistema de ensino.

Manuel Braga da Cruz (*Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, Coimbra, 1983, Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 49 págs.), divide em quatro períodos o tempo que decorre entre a inclusão da sociologia na Universidade portuguesa

e a sua autonomização em curso de licenciatura, sensivelmente entre 1860, e os finais da década de 60 e começos da de 70 deste século. Denomina tais período de: *sociologia positivista* (1860-1910); *sociologia experimental* (1910 à segunda guerra mundial); *sociologia colonial* (interesse pelo Terceiro Mundo, formação de quadros da administração ultramarina na Escola Superior Colonial de Lisboa, aparecimento do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina); *sociologia do desenvolvimento e do trabalho* (início da década de 60, criação do Instituto de Estudos Sociais em Lisboa, criação do Instituto Superior Económico e Social em Évora, lançamento e afirmação da revista *Análise Social*). A sociologia entrou na universidade portuguesa como complementar ou integrativa da formação jurídica; em 1901 foi-lhe reconhecido o estatuto de disciplina universitária sob a designação de sociologia geral e filosofia do direito, constituindo a 1.ª cadeira do curso geral da Faculdade de Direito e simultaneamente a 4.ª cadeira da Faculdade de Teologia; em 1911, com a reforma universitária, foi extinta a Faculdade de Teologia. A filosofia do direito, e simultaneamente com ela a sociologia, foram excluídas dos estudos jurídicos, embora se fixasse como objectivo à Faculdade de Direito «a cultura e progresso das ciências jurídicas e sociais». Só em 1955 a sociologia regressou à Universidade com a reforma dos estudos do Instituto Superior Técnico e das Faculdades de Ciências, com a designação de *Sociologia Geral* embora se lhe relativizasse o conteúdo ao acrescentar à designação geral o aditamento: «Questões morais e sociais relacionadas com a técnica». Em 1956 a sociologia, agora com a designação de *sociologia rural*, passou a fazer parte do curriculum de estudos da Escola Superior de Medicina Veterinária e no ano seguinte foi igualmente introduzida no curso de Arquitectura com o nome de *Sociologia Geral*. Em Fevereiro de 1959, o diploma que criou a Academia

Militar incluiu nos seus cursos as cadeiras de *Sociologia Geral e Introdução às Ciências Sociais*.

Este regresso da sociologia à Universidade fica a dever-se à acção do Ministro Francisco Leite Pinto que sobraçou a pasta da Educação Nacional desde Julho de 1955 a Maio de 1961. O terem sido os cursos de índole técnica que beneficiaram desta introdução poderá ficar a dever-se ao facto de a influência do Ministro ser mais bem aceite na área das Ciências de que era originário.

Já no decurso dos anos 60 (Fevereiro de 1962) no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos foram introduzidas cadeiras do domínio das Ciências Sociais (metodologia das ciências sociais, antropologia cultural e sociologia da informação) e o mesmo Instituto a partir de Fevereiro de 1962, passou a chamar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Ainda em Outubro desse mesmo ano, foi criado o Instituto de Estudos Sociais no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social que iniciou as suas actividades lectivas em 1963-64.

Novidade ainda a assinalar nos anos 60 é a criação em Évora e entrada em funcionamento, em Outubro de 1964, do Instituto de Estudos Superiores (que mais tarde se passou a chamar Instituto Superior Económico e Social), de iniciativa particular, e em que pela primeira vez se ministrava um curso de Sociologia.

Em 1972 o Prof. Veiga Simão cria a Faculdade de Economia de Coimbra e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e as licenciaturas em Ciências do Trabalho e em Ciências Sociais, estando em todas elas dignamente representada a Sociologia. O que não se criava ainda por então, a nível oficial, era uma licenciatura em Sociologia propriamente dita, continuando por isso a do Instituto Superior Económico e Social de Évora a ser a única.

A seguir à revolução de 1974, ao ser-lhe reconhecida pelo I Governo Provisório a autonomia pedagógica, o Insti-

tuto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa rapidamente converteu a sua licenciatura em Ciências do Trabalho em licenciatura em Sociologia. Em 1978 era criada na Universidade Nova de Lisboa nova licenciatura em Sociologia (Decreto-Regulamentar n.º 1/78) e em 1984 outra no Porto, enquanto que se tinham igualmente multiplicado os cursos de Antropologia, Comunicação Social, História e Ciências Sociais (estes últimos para o ensino).

Em conclusão desta primeira parte que intitulei «o ensino da sociologia e suas funções» importa pôr em relevo os seguintes pontos:

- a) não foi fácil a introdução do ensino da Sociologia nas universidades;
- b) o iter da sua implantação seguiu a seguinte trajectória: num primeiro tempo, a sociologia fazia parte do programa de outras disciplinas, conseguindo mais tarde o estatuto de disciplina autónoma e por fim o de curso apoiado por Departamentos ou Faculdades, com direito a conferir títulos académicos;
- c) hoje, reconhecendo-se à sociologia uma função de formação geral, de integração de outros ensinamentos e de especialização, pode dizer-se que a institucionalização do ensino da sociologia está, de facto conseguida, mesmo em nações como a portuguesa onde a sua implantação somente há pouco mais de 20 anos começou a ter significado;
- d) mas, dado que a sociologia aspira a ser mais do que uma disciplina de formação humana e social e lhe é reconhecido já o estatuto de especialização no campo mais vasto das ciências sociais, é natural que aspire à profissionalização daqueles que seguem os seus cursos — a um estatuto socioprofissional. Como se tem operado tal profissionalização?

II. A profissionalização dos sociólogos

Se foi difícil a entrada da Sociologia na Universidade e lenta a sua difusão, mais árdua e incerta se tem mostrado a profissionalização dos sociólogos. É o que se conclui de diversa informação internacional e está bem retratado no texto seguinte:

«Parmi les chercheurs, le sociologue a un rôle particulièrement mal défini. S'il dit: 'Je suis sociologue' dans les trois quarts des cas on lui répondra: 'Qu'est-ce que c'est?', ou encore 'je savais que cela existait, mais je ne savais pas que c'était une profession!' C'est-à-dire, en termes d'analyse des rôles: 'Je savais qu'on pouvait s'occuper de sociologie, mais je ne savais pas que c'était un rôle social défini', car dans nôtre société un rôle professionnel est avant tout un rôle que permet d'avoir un salaire: or la plupart des gens n'imaginent pas comment on peut gagner sa vie en étant sociologue» (Henri MENDRAS, *Éléments de Sociologie*, Colin, Paris, 1975, p. 83).

Apesar da verdade do que fica dito, a sociedade actual, com a multiplicação e transformação constante das suas estruturas, valoriza os conhecimentos sociológicos, o que logicamente deveria conduzir à profissionalização de sociólogos. Com efeito, multiplicaram-se e complexificaram-se as interrelações sociais com «a divisão do trabalho social» e, por outro lado, as metodologias e as técnicas propostas pela sociologia para o seu estudo, têm experimentado aperfeiçoamentos constantes.

Reconhece-se que há variáveis do «facto social total» que compete à sociologia pôr em relevo e tentar explicar, em diálogo colaborante com as outras ciências sociais. São variáveis que têm a sua origem no viver em sociedade e condicionam o pensar e agir humano, no económico, no político, no laboral e até mesmo no religioso. Daí o valorizar-se cada vez mais o conhecimento sociológico no plano

prático, enquanto ele pode ajudar também a desvendar as leis do agir humano em condições específicas de participação, sobretudo no campo profissional e político.

Entre o pessoal especializado ou quadros qualificados, surge deste modo, um lugar para o investigador social. Vão sendo criados Gabinetes ou Centros de investigação que preparam os estudos necessários às decisões laborais, administrativas, políticas e outras, onde o sociólogo tem, ou deveria ter um lugar.

É sob esta figura de investigador e agente interventor no social que o sociólogo assume um perfil mais caracterizadamente profissional.

Nos *Estados Unidos* onde a Sociologia teve particular aceitação, a profissionalização não teve igual êxito. Os sociólogos continuam, na sua maior parte (à volta de 80%) a ocupar-se no ensino aos diferentes níveis, embora nos últimos anos se tenha desenhado nova orientação que se consubstancia na ocupação de cada vez mais sociólogos em empresas de carácter industrial, comercial e agrícola, ou que trabalham em actividades relacionadas com a medicina, a organização social, etc.

Outra ocupação que se oferece ao sociólogo americano é a investigação (a 2.^a mais importante), embora já se distancie muito da do ensino. Tal investigação anda a maior parte das vezes ligada ao mesmo ensino, sobretudo a nível superior, onde o investigar e publicar é condição «sine qua non» da progressão na carreira. Os postos de investigador são mais raros fora da Escola, embora ultimamente se tenham multiplicado e o Estado, tanto a nível nacional como federal ou mesmo local, tenha criado alguns destes postos, o mesmo se podendo dizer das grandes empresas e organizações públicas ou particulares.

Em terceiro lugar, e mais recentemente, os sociólogos começam a encontrar lugar na administração pública. Aumentam as oportunidades para os sociólogos que podem

usar a sua qualificação para proporcionar informação adequada àqueles que têm de formular políticas e tomar decisões ou executar programas com maior eficiência e imaginação. Aqui não se exige muitas vezes que se faça investigação mas que se tenha conhecimento da literatura sobre a investigação em domínios específicos. Exige-se a capacidade para imaginar projectos úteis de investigação que possam ser encomendados, para dialogar com os investigadores, para aplicar os conhecimentos da sociologia e das ciências sociais em geral, aos problemas concretos da vida das organizações.

Anotam-se como especialmente beneficiadas pelos conhecimentos sociológicos as áreas da saúde, da educação e da administração.

De qualquer modo, reconhecia a American Sociological Association, que as novas carreiras para sociólogos e o êxito nelas, estão muito relacionados com o tempo de preparação e o grau de especialização conseguido. São muito diferentes, reconhece-se, as oportunidades oferecidas a uma licenciatura, a um mestrado ou a um doutoramento.

Opina-se hoje, nos Estados Unidos, que a ocupação do sociólogo, se irá progressivamente afastando do ensino e investigação pura (onde ainda se ocupam cerca de 8 em cada 10), e entrando nos domínios da governação, do planeamento, da política social, etc. Tal orientação pode confirmar-se, aliás, olhando a alguns dos temas com que se ocupam os Departamentos de Sociologia: Estudos de Comunidades, Criminologia, Ecologia, Organizações Formais, Sociologia Industrial, Delinquência Juvenil, Matrimónio e Família, Sociologia Política, Pequenos Grupos, Gerontologia Social, Problemas Sociais, Sociologia da Educação, Sociologia da Religião, etc.

Outro país em que a Sociologia tem profundas raízes é a França, ainda que a sua primeira licenciatura date apenas de finais da década de 50. Quanto à profissionalização,

escrevia J. Cazeneuve: «Le problème des débouchés des études de sociologie, en France, se présente de la manière suivante: on succombe de plus en plus à la tentation de devenir sociologue; on le devient souvent; on découvre alors l'insuffisance du diplôme à garantir un emploi, compte tenu des possibilités du marché. Car la société française est ainsi faite, qu'elle favorise le mythe du sociologue mais fait peu appel aux sociologues réels» (*Guide de L'Étudiant en Sociologie*, P. U. F., p. 209).

Em 1971, avaliava-se em cerca de um milhar o número de estudantes que cada ano em França, alcançavam o título de licenciados em Sociologia, enquanto que, por outro lado, se calculavam em 1.200 as pessoas que tiravam todos os seus rendimentos da profissão de sociólogo.

Desta desproporção entre a oferta e a procura, e mesmo reconhecendo a possibilidade de a curto prazo haver um crescimento lento de postos de trabalho para os sociólogos, se concluía que «le rapport entre l'offre et la demande, s'il n'est pas encore dramatique peut le devenir très vite» (Id., *Ib.*, p. 210).

Reconhecia-se que o ensino da sociologia, a nível de licenciatura, tinha sido institucionalizado, antes de a procura de especialistas, estar suficientemente definida. Tinha-se pensado que a oferta de sociólogos iria suscitar a sua procura por parte da sociedade porque, teoricamente falando, a França está muito longe de estar saturada de pessoas formadas em sociologia. Tal não aconteceu, porque não se criou a «necessidade do serviço sociológico», coisa que só lentamente se poderá ir fazendo.

Mais encorajadora é a posição que os sociólogos conseguiram na Holanda. Pensam alguns que isso se poderá ficar a dever ao facto de a sociedade holandesa ter compreendido a necessidade e aceitado o princípio do domínio racional das forças sociais. Já em meados dos anos sessenta, escrevia Fabio Borzaga (*Civitas*, Giugno-Luglio, 1965, p. 29) que «Na Holanda praticamente, onde quer que se faça

política, em grande ou em pequeno, se pede o contributo do sociólogo. Assim têm os seus sociólogos os ministérios, os partidos políticos, a rádio, os correios, os caminhos de ferro, as universidades, os institutos de opinião pública e — facto importante e significativo — todas as comunidades com mais de cinquenta mil habitantes».

Neste país, ao contrário do que acontece por exemplo nos Estados Unidos, os sociólogos que se ocupam no ensino são relativamente poucos. As suas actividades profissionais repartem-se por funções «publicísticas» e «práticas» ou de carácter aplicado. Entre as primeiras ganha relevo o ensino pré-universitário, a educação de adultos e as comunicações de massa. Entre as segundas, sobressai a investigação e o trabalho do sociólogo como «advogado social» enquanto defensor das pequenas comunidades e conselheiro em problemas de administração, onde as decisões se reflectem quase sempre no plano político e social e é por isso importante o contributo de quem conhece as acções e os mecanismos das forças sociais.

Em *Portugal*, onde são passados 20 anos sobre o aparecimento da primeira licenciatura em sociologia, começa agora a sentir-se a urgência da intensificação da profissionalização dos licenciados dos quatro cursos que as universidades portuguesas oferecem.

Até agora, as saídas profissionais desses Cursos têm tido a sua maior expressão no ensino e em gabinetes de estudo ligados a Ministérios ou a Organismos de recolha de informação e planeamento. Os problemas do trabalho, da saúde e da previdência, têm também dado ocupação a alguns.

No entanto, no que toca ao ensino, não é actualmente dignificante a posição em que se encontram os sociólogos. Com efeito, se pusermos de lado o nível universitário em que a procura de sociólogos, quando existe, é sempre específica, vemos que estes são preteridos por candidatos de outras formaturas, para leccionar no ensino não-universi-

tário, mesmo as matérias que dão o nome ao seu curso. Concorrentes seus, ainda mais privilegiados neste domínio, são os formados nos cursos de ensino em História e Ciências Sociais dos Açores, Évora e Minho.

A exigência por parte dos sociólogos, de lhes ser reconhecido o direito de ensinarem aquilo que estudaram, respondem alguns que «quem pretende ir para o ensino não deve tirar uma licenciatura em Sociologia».

É evidente que o curso, em si, não é estruturado em função do ensino, como o não são também muitos outros que, no entanto, têm a sua principal fonte de ocupação precisamente no ensino. Com isto não quero dizer que o sociólogo não necessite de complementos de Ciências Psico-Pedagógicas para se tornar um profissional do ensino. Julgo, sim, que o sociólogo pode ser professor como o pode ser o químico, o físico, o historiador, conquanto tenha conhecimentos adequados das disciplinas que se propõe leccionar e satisfaça aos restantes requisitos que se exigem de um professor do grau respectivo.

O ensino não pode ser um campo fechado, ou mesmo dificultado, ao sociólogo. Contudo, mesmo admitindo que os actuais ensinamentos de Sociologia sejam confiados a sociólogos e que novas cadeiras venham a ser criadas nos cursos em que ainda não existem, parece ter chegado o momento de se pensar, por um lado, no alargamento do campo das ocupações que o sociólogo pode assumir e, por outro, em que a criação de cursos de sociologia, como aliás de quaisquer outros, não pode ser ditada por razões de prestígio local ou porque se dispõe de 3 ou 4 pessoas com as qualificações legais exigidas para a arrancada. De contrário, incorrer-se-á no risco de formar, não para uma profissão, mas para uma frustração.

Com o que fica dito, não pretendo afirmar que não devam existir nas universidades em que não haja licenciaturas em sociologia, Gabinetes ou Departamentos que sustentem o ensino das disciplinas de Sociologia aí exis-

tentes, tanto mais que julgo que as ciências sociais, em medida diversa, deverão ter lugar em todos os cursos. A sua função de informação e de crítica, de formação da consciência social e de intervenção, pode contribuir para a humanização do perfil dos cientistas e dos técnicos necessários à construção da sociedade nova participativa e solidária.

A semelhança do que acontece noutras nações, vão-se em Portugal abrindo alguns lugares de investigador para sociólogos, mas em número escasso. Na Universidade, ensino e investigação são percebidos como duas actividades complementares, embora raramente ao preencher os lugares de docência seja tida em conta a exigência fundamental da investigação para a animação do ensino.

A inexistência de planos globais de desenvolvimento, na última década, tem subtraído aos sociólogos um campo de ocupação para o qual têm suficiente iniciação e em que o seu contributo específico, em grupos interdisciplinares, pode ter efeitos benéficos para a sociedade em geral. Apesar disso, como ficou dito antes, no âmbito regional ou sectorial, têm surgido algumas oportunidades para o trabalho sociológico. Alguns serviços descentralizados de emprego, saúde, previdência, etc., têm dado entrada a sociólogos, tendo-se mostrado igualmente benéfica, neste sentido, a incipiente descentralização administrativa. Os Partidos e os Sindicatos, com a sua organização complexa, a sua necessidade de informação, as suas constantes campanhas junto dos mais variados públicos, poderão vir a constituir-se em campo privilegiado do exercício da «imaginação sociológica». Mas, para isso, será necessário ainda criar «a necessidade do serviço sociológico», e isso só lentamente se conseguirá.

Os docentes, os cientistas, os interventores sociais, ir-se-ão afirmando na prática. Para já, poder-se-á dizer, que no campo da Sociologia, existem as licenciaturas que a prazo curto permitem resolver as tarefas urgentes que lhe

são cometidas (como as do ensino) e ir recrutando entre os recém-formados aqueles que se mostrem mais dotados para a investigação, cujos centros são entre nós particularmente escassos. A especialização e não a proliferação poderá constituir o melhor argumento para que no futuro venha a aumentar a procura de sociólogos, pois como autorizadamente escreve o Prof. Vitorino Magalhães Godinho, «... a organização nacional de serviços de saúde, o desenvolvimento das autarquias locais, a regionalização, a acção nos meios de emigração e, lá fora, nos de imigração, a preservação e vivificação do património cultural nacional, a acção quanto à Terceira e Quarta Idades, a segurança social, os problemas de trabalho, os da gestão de empresas, o próprio planeamento global, a acomodação do território, a harmonia entre o desenvolvimento e um ambiente onde o homem se realize, e tantas outras causas implicam a multiplicação do número de investigadores e interventores com sólida formação» (*As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal*, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1982, p. 26).

Em conclusão se pode dizer que são múltiplos os campos em que a acção do sociólogo se pode desenvolver, mas, para que isso aconteça, é necessário criar na sociedade a necessidade do «serviço sociológico», e isso não é fácil, como o confirma o exemplo de nações em que a sociologia tem mais tradições do que a nossa.

Conclusão

Do que fica escrito se pode concluir que o ensino da Sociologia e a profissionalização dos sociólogos não têm progredido ao mesmo ritmo. É natural que, num primeiro tempo, nem os responsáveis pelo Sistema de Ensino, nem a opinião pública, nem os candidatos a sociólogos, se apercebessem deste facto, porque o que os preocupava

era a difusão da nova disciplina e ela mesma ocupava a quase totalidade dos que ia formando.

Uma vez estabilizada a procura de docentes e continuando a avolumar-se o contingente anual dos licenciados, surge o problema do mercado do trabalho. Ora este não se irá alargando pela força do número dos candidatos que nele se apresentam, nem mesmo, só, pelas suas qualificações; mas, sobretudo, pela consciência que a sociedade adquirir da necessidade e utilidade do «serviço sociológico». Tal consciência terá de ser purificada duma visão mítica do papel do sociólogo que faz dele uma «espécie de feiticeiro da sociedade moderna» de quem tudo se pode esperar e a quem nada se confia para executar. É por isso que a especialização constituirá o argumento mais decisivo para a profissionalização do sociólogo e virá contribuir, a prazo não muito distante, para que à semelhança doutros países haja a efectiva procura de sociólogos que hoje escasseia.